



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem o objetivo de ampliar a todos os usuários previamente cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde - UBS e Centros de Especialidades a possibilidade de agendamento e cancelamento visando mais comodidade e segurança aos usuários que utilizam o sistema público de saúde, posto que o atual sistema de agendamento obriga o cidadão a se deslocar até a unidade do seu Bairro para marcar uma consulta. Esse deslocamento causa complicações aos usuários, que muitas vezes precisam faltar ao trabalho em dois momentos: para agendar a consulta e posteriormente para de fato consultar.

Considerando que os munícipes que procuram o serviço podem estar enfrentando enfermidades das mais diversas ordens, esse deslocamento não é recomendado, especialmente se for considerado que muitos pacientes de bairros vulneráveis não possuem condução própria.

Pensando ainda em possíveis desafios que podem surgir na implementação deste Projeto de Lei, sugerimos que algumas medidas sejam adotadas para tornar o sistema realmente eficiente, dentre elas:

- solicitação de dados pessoais e número do Cartão SUS e Cartão Cidadão no momento da marcação, da mesma forma que é feito no agendamento presencial; e
- ligação ou envio de mensagem via WhatsApp (caso essa seja a opção escolhida) aos usuários, um dia antes da consulta marcada, para confirmar a presença no atendimento.

Ainda nessa seara, o Hospital Municipal já conta com esse serviço em um determinado setor onde o paciente envia seus dados e pedido de exame para agendar.

Salienta-se ainda que o presente Projeto de Lei busca a melhoria do atendimento e a utilização de meios inovadores que vão além do próprio telefone de modo tradicional.

Ante o exposto solicito aos Nobres Parlamentares dessa Casa de Leis o devido apoio para sua aprovação

Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de abril de 2023

  
VEREADORA ANA PAULA ESPINA



# Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856  
Jaguariúna- SP



LEI Nº 2.737, de 22 de junho de 2021.

(De autoria do Vereador Romilson Nascimento Silva – DEM).

Dispõe sobre o agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos já cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde do município de Jaguariúna, e dá outras providências.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica assegurado o agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, já cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde no município de Jaguariúna.

§ 1º Considera-se idoso, a pessoa que comprovar idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data da consulta, nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Art. 2º O agendamento de que trata o *caput*, do artigo 1º desta lei somente será possível nas Unidades Básicas de Saúde onde o paciente idoso já estiver cadastrado.

Art. 3º Para receber o atendimento, agendado previamente por telefone, o paciente idoso deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua carteira de identidade, cartão do Sistema Único de Saúde – SUS ou outro documento solicitado pelo responsável que fez o agendamento.

Art. 4º As Unidades de Saúde deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta lei.

Art. 5º Esta lei poderá ser regulamentada pelo Executivo, no que couber.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 22 de junho de 2021.



MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS  
Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria de Governo,  
na data supra.

VALDIR ANTONIO PARISI  
Secretário de Governo





# Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856  
Jaguariúna- SP



LEI Nº 2.737, de 22 de junho de 2021.

(De autoria do Vereador Romilson Nascimento Silva – DEM).

Dispõe sobre o agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos já cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde do município de Jaguariúna, e dá outras providências.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica assegurado o agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, já cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde no município de Jaguariúna.

§ 1º Considera-se idoso, a pessoa que comprovar idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data da consulta, nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Art. 2º O agendamento de que trata o *caput*, do artigo 1º desta lei somente será possível nas Unidades Básicas de Saúde onde o paciente idoso já estiver cadastrado.

Art. 3º Para receber o atendimento, agendado previamente por telefone, o paciente idoso deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua carteira de identidade, cartão do Sistema Único de Saúde – SUS ou outro documento solicitado pelo responsável que fez o agendamento.

Art. 4º As Unidades de Saúde deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta lei.

Art. 5º Esta lei poderá ser regulamentada pelo Executivo, no que couber.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 22 de junho de 2021.



MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS  
Prefeito

Publicada no Departamento de Expediente e Registro da Secretaria de Governo, na data supra.

VALDIR ANTONIO PARISI  
Secretário de Governo



Consultor Jurídico

Dotti.

Fundado por  
René Dotti

Apoio

[Capa](#) [Seções](#) [Colunistas](#) [Blogs](#) [Anuários](#) [Anuncie](#) [Apoio cultural](#)
[ConJur 25 anos](#) [TV ConJur](#) [Loja](#) [Boletim Jurídico](#) [Web Stories](#) [Estúdio ConJur](#)

ALÔ, QUEM FALA?

## Lei que permite agendamento telefônico de consultas é constitucional, decide TJ-SP

5 de maio de 2022, 15h45

[Imprimir](#) [Enviar](#) [f](#) [t](#) [w](#)
Por [Tábata Viapiana](#)

A previsão legal de agendamento telefônico de consultas médicas não configura ingerência na administração pública. Assim entendeu o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo ao validar uma lei de Tremembé, que permite o agendamento por telefone de consultas médicas na rede pública de saúde para idosos, gestantes, lactantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A norma, de iniciativa parlamentar, foi questionada na Justiça pela Prefeitura de Tremembé. O argumento foi de que o texto teria invadido atribuições do Poder Executivo. Entretanto, em votação unânime, a ADI foi julgada improcedente.

Segundo o relator, desembargador Décio Notarangeli, não há inconstitucionalidade formal, pois a lei não dispõe sobre a criação ou



Lei que permite agendamento telefônico de consultas é constitucional, decide TJ-SP

### LEIA TAMBÉM

#### NÃO É POLÍCIA!

TJ-SP anula duas leis que transformavam guarda em polícia municipal

#### INTERESSE LOCAL

TJ-SP valida meia-entrada a professores de rede pública e privada

#### LETRA MORTA

TJ-SP anula lei que criou auxílio-funerária a famílias de baixa renda

#### ENERGIA SUSTENTÁVEL

TJ-SP valida lei municipal que prevê semáforos com energia solar

#### COMPETÊNCIA DO PREFEITO

Câmara de Vereadores não pode editar lei alterando serviço do Samu



Facebook



Twitter



Linkedin



RSS



extinção de cargos, funções ou empregos públicos, não cria ou extingue secretarias ou órgãos da administração pública, como também não dispõe sobre servidores ou seu regime jurídico.

"Nesse sentido o entendimento assentado pelo Colendo STF no julgamento do Tema 917, segundo o qual, 'não usurpa competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesas para a administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos', afirmou.

Para o relator, também não é caso de inconstitucionalidade material por invasão, pelo Poder Legislativo, das atribuições do Poder Executivo. Ele explicou que o Órgão Especial do TJ-SP tem entendido que a edição de leis dispondo sobre agendamento telefônico de consultas e exames médicos não configura ingerência na prestação dos serviços públicos.

"O agendamento telefônico de consultas médicas de uma parcela dos municípios não implica necessariamente no aumento de despesas, senão na racionalização dos recursos destinados à prestação dos serviços. Normalmente os órgãos públicos dispõem de pessoal e linhas telefônicas e o atendimento não demanda habilidade ou treinamento especial, podendo ser realizado pelos mesmos servidores responsáveis pelo agendamento presencial", finalizou.

**Clique [aqui](#) para ler o acórdão**  
**2113909-54.2021.8.26.0000**

&lt;

&gt;

00:00:00:00 conjur\_v3





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Projeto de Lei nº 032/2023

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, LAZER AO PROJETO DE LEI Nº 032/2023.**

Autoria: **VEREADOR ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ**

Relatores: **ILUSTRÍSSIMOS VEREADORES ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO, AFONSO LOPES DA SILVA e JOSÉ ALAERCIO DE TOLEDO LIMA JÚNIOR.**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

De autoria da Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz o Projeto de Lei nº 032/2023, “Dispõe sobre o agendamento telefônico para consultas médicas a pacientes cadastrados com Cartão Cidadão nas Unidades Básicas de Saúde – UBS e Centro de Especialidades do Município de Jaguariúna”.

No mérito, o vereador cria a possibilidade dos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde poderem agendar ou cancelar suas consultas médicas nas Unidades Básicas de Saúde e Centros de Especialidades por meio de telefone, via ligação ou WhatsApp.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## Projeto de Lei nº 032/2023

Na justificativa, a excelentíssima vereadora expos que o projeto de lei tem o objetivo de ampliar a todos os usuários previamente cadastradas nas Unidades Básicas de Saúde – UBS e Centro de Especialidades a possibilidade de agendamento e cancelamento visando mais comodidade e segurança aos usuários que utilizam o sistema público de saúde, posto que o atual sistema de agendamento obriga o cidadão a se deslocar até a unidade do seu bairro para marcar uma consulta.

Também ponderou a vereadora que, considerando o fato de que os munícipes que estão a procurar os serviços de saúde podem estar enfrentando enfermidades das mais diversas ordens, e esse deslocamento não é recomendado, especialmente quando considerado que muitos pacientes são de bairros vulneráveis e podem não possuir condução própria.

O projeto veio acompanhado de justificativa elaborada.

É o relatório.

Com este relatório, compete a essas comissões, reunidas em conjunto, na forma prevista pelo Artigo 97 do Regimento Interno, exarar parecer sobre a legalidade, conveniência e oportunidade do projeto de lei em epígrafe.

De início vale ressaltar que o tema afeto à saúde é de competência comum entre União, Estados e Municípios (art. 22, II, da Constituição Federal), sendo que



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## Projeto de Lei nº 032/2023

a jurisprudência já há muito chancela leis municipais acerca do tema, desde que obedecidas as balizas constitucionais.

Neste sentido, vale destacar que recentemente o tribunal paulista foi instado a enfrentar o tema uma vez mais, reforçando o entendimento anteriormente manifestado. Vejamos:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 2.698/2019, do Município de Itapeçerica da Serra, que "dispõe sobre a possibilidade do agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos e para pessoas com deficiências já cadastradas nas unidades de saúde do Município". (...) Lei objurgada que não trata da estrutura da Administração Pública ou da atribuição de seus órgãos, tampouco do regime jurídico de seus servidores. Ausência de vício de iniciativa. Princípio da separação de poderes observado. Silêncio da norma quanto à fonte de receita para a sua implementação não configura, "per se", vício de inconstitucionalidade. Texto normativo institui orientações genéricas e não indica a criação de despesas à (ip | toda [www.camaravinhedo.sp.gov.br](http://www.camaravinhedo.sp.gov.br) | [cmv@camaravinhedo.sp.gov.br](mailto:cmv@camaravinhedo.sp.gov.br) | fone: +55 (19) 3826.7700 Av. Dois de Abril, 78 Centro | Vinhedo | SP 13280-077 municipalidade. Ainda que se incorra em eventual surgimento de ônus, remanesce a possibilidade de remanejamento orçamentário ou complementação através de verbas adicionais, sem se olvidar da possibilidade de postergação do planejamento de gastos para o exercício orçamentário subsequente. - Ação julgada improcedente. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2197095-43.2019.8.26.0000; Relator (a): Pércles Piza; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 11/03/2020; Data de Registro: 12/03/2020).

De fato, o presente projeto não cria cargos e nem altera a estrutura dos demais órgãos do Executivo. Vale destacar ainda que também não há alteração na atribuição dos servidores, pois o que se pretende apenas é evitar que as pessoas acima listadas tenham que fazer o pedido de agendamento pela via presencial. Noutras palavras, as atribuições daqueles que fazem o agendamento permanecem inalteradas.

Destarte, verifica-se que a proposição em comento atende aos requisitos legais, não existindo nenhum vício que impeça seu regular trâmite.





# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## Projeto de Lei nº 032/2023

Portanto, verifica-se que a presente proposta veio acompanhada de todos os requisitos necessários para sua discussão e votação.

Do constante, verifica-se que o Projeto de Lei nº 032/2023 é legal, conveniente e oportuno.

Desta forma, o Projeto de Lei está apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 19 de Junho de 2023.



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 032/2023

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**

Presidente

**VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO**

Vice-Presidente - Relator

**VEREADOR RODRIGO REIS DE SOUZA**

Secretário

Pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

**VEREADOR AFONSO LOPES SILVA**

Presidente - Relator

**VEREADORA ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO**

Vice-Presidente

**VEREADOR FRANCISCO DE SOUZA CAMPOS**

Secretário

Pela Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo:

**VEREADOR JOSÉ MUNIZ**

Presidente

LIDO EM SESSÃO  
DE 20/06/23  
Afonso Silva  
PRESIDENTE



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 032/2023

**VEREADOR JOSÉ ALAÉRCIO DE TOLEDO LIMA JUNIOR**

Vice-Presidente - Relator

**VEREADOR WALTER LUIS TOZZI DE CAMARGO**

Secretário





# Câmara Municipal de Jaguariúna



Estado de São Paulo

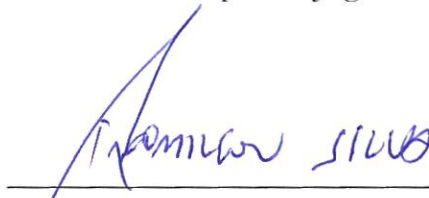
## EMENDA ADITIVA nº ..... AO PROJETO DE LEI Nº 032/2023.


Acresce-se o artigo 6º ao Projeto de Lei nº 032/2023, com a seguinte redação:

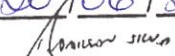
“ (...)

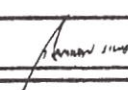
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, bem como expressamente a Lei nº 2.737, de 22 de junho de 2021.”

Câmara Municipal de Jaguariúna, 19 de junho de 2023.

  
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

  
VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ

LIDO EM SESSÃO  
DE 20/06/23  
  
PRESIDENTE

<b>APROVADO</b>	
Favoráveis	<u>12</u>
Contrários	_____
Abstenções	_____
<u>20/06/23</u>	



# Câmara Municipal de Jaguariúna



Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem o intuito incluir dispositivo a fim de constar a revogação expressa da Lei Municipal nº 2.737, de 22 de junho de 2021 que disponha sobre matéria correlata.

Ante o exposto, solicitamos a colaboração dos nobres colegas desta Casa de Leis para a aprovação da presente emenda, uma vez que revestida de interesse público.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 19 de junho de 2023.

7

  
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

  
VEREADORA ANA PAULA ESPINA DE SOUZA MUNIZ



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



## PROJETO DE LEI Nº 032/2023.

Autoria: Ver. Ana Paula Espina Souza Muniz - PDT

Dispõe sobre o agendamento telefônico para consultas médicas a pacientes cadastrados com Cartão Cidadão nas Unidades Básicas de Saúde – UBS e Centro de Especialidades do Município de Jaguariúna

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, estado de São Paulo, etc.

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Os usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, poderão agendar ou cancelar as consultas médicas nas Unidades Básicas de Saúde – UBS e Centro de Especialidades, por meio de telefone, via ligação ou WhatsApp.

Art. 2º O agendamento e cancelamento de que trata esta lei, somente será possível nas Unidades de Saúde na qual o usuário já estiver previamente cadastrado e identificado.


Art. 3º As Unidades de Saúde e Centro de Especialidades deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta lei, bem como os respectivos números de telefones correspondentes ao aplicativo de WhatsApp para agendamentos e cancelamentos e inclusive indicando os procedimentos a serem adotados pela população em geral.

Art. 4º As despesas decorrentes com presente lei decorrerão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, bem como expressamente a Lei nº 2737, de 22 de junho de 2021.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 01 de agosto de 2023.

  
VEREADOR ROMILSON N. SILVA  
Presidente






# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



  
VEREADOR JOSÉ MUNIZ  
Vice Presidente

  
VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA  
Primeiro Secretário

  
VEREADOR SILVIO LUIZ TELLES DE MENEZES  
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

  
Creusa Aparecida Gomes  
Diretora Geral



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ofício PRE n.º 450/2023

Jaguariúna, 02 de agosto de 2023

Senhor Prefeito

Passamos às mãos de Vossa Excelência, para sanção e promulgação, Projeto de Lei nº 032/2023 da Sra. Ana Paula Espina Souza Muniz, que dispõe sobre o agendamento telefônico com Cartão Cidadão nas Unidades Básicas de Saúde – UBS e Centro de Especialidades do Município de Jaguariúna, o qual foi aprovado por unanimidade de votos, primeira e segunda discussões, em Sessões Ordinárias realizadas nesta Casa de Leis, aos 20 de junho e 01 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

  
VEREADOR ROMILSON SILVA  
Presidente

À Sua Excelência o Senhor  
Márcio Gustavo Bernardes Reis  
Prefeito Municipal  
Jaguariúna – S.P.

